



*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Rio Grande do Norte*

PARECER JURÍDICO

Ref.: Recurso Administrativo referente à Concorrência nº 01/2017 interposto pela empresa L & L Engenharia Ltda., contra a decisão da CPL que habilitou a empresa MVP Engenharia e Construções Ltda.

Vem à apreciação desta Assessoria Jurídica o Recurso Administrativo movido pela empresa **L & L Engenharia Ltda.**, em face da decisão que habilitou na Concorrência nº 01/2017 a empresa **MVP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para edificação do Espaço SEBRAELAB.

SÍNTESE FÁTICA:

Alega a recorrente **L & L Engenharia Ltda.** a empresa **MVP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.** deixou de juntar à sua documentação de habilitação as certidões negativas de protesto de títulos e ainda declaração da Corregedoria de Justiça, informando os competentes cartórios (item 9.3.1) e ainda, a certidão de acervo técnico (item 9.4.2) e, ainda, que a recorrida não havia juntado a declaração solicitada no item 9.4.3.

Instada a apresentar as suas contrarrazões ao Recurso Administrativo, a recorrida **MPV Engenharia e Construções Ltda.** apresentou as seguintes considerações:

- a) Que a apresentação das certidões de protestos é indevida, e, no prazo das contrarrazões juntou ao processo as certidões negativas de protestos e a declaração da Corregedoria de Justiça indicando quais os cartórios competentes;
- b) Já em relação ao acervo técnico, afirmou que os atestados técnicos colacionados são hábeis à comprovação da sua habilidade técnica e, que em razão de questionamento realizado previamente à licitação, a CPL havia informado que necessitaria apenas da Declaração contendo os serviços prestados, sem necessidade de registro perante o CREA. Juntou também, por ocasião das contrarrazões o acervo relativo à construção de um galpão, respaldando o Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela empresa **EVEN ALMEIDA SENA DE LIMA.**

PRELIMINAR - DA NATUREZA JURÍDICA DO SEBRAE/RN

À *priori*, cumpre esclarecer que a natureza jurídica do SEBRAE/RN é semelhante à de qualquer outra pessoa de direito privado, sendo entidade associativa nos termos do Código Civil, atuando exclusivamente no setor privado em apoio a uma atividade de fomento, atividade que não está reservada à exclusividade do Estado, livre, portanto, a quem quer que pretenda desenvolvê-la, ainda que não o faça associadamente com o Poder Público.

Observemos, pois, que a lei realçou o caráter privado do SEBRAE e a sua sujeição à lei civil e não à norma de direito público. Portanto, o SEBRAE/RN não integra a Administração Pública direta ou indireta, nem é uma forma de descentralização do Estado, pois com este apenas coopera, a partir de fomento recebido diretamente da lei para cumprir finalidade privada de interesse público. Daí, possuir fisionomia própria e posição específica, instituída para atuar sob a égide da lei civil e mediante gestão privada.

Feita tal explanação, é relevante asseverar ainda que o Sistema SEBRAE, por orientação da Controladoria Geral da União, editou um Regulamento de Licitações e de Contratos próprio, aprovado através da Resolução CDN nº 213/2011, com diretrizes distintas do que estabelece a Lei nº 8.666/93, utilizando-a apenas subsidiariamente, isto é, naquilo que o citado Regulamento for omissivo.

Sendo assim, devemos ter em mente que as licitações promovidas pelo Sistema SEBRAE são detentoras de peculiaridades que as distinguem dos parâmetros legais estabelecidos pela Lei nº 8.666/93.

DO MÉRITO:

Partindo para a análise específica de cada ponto abordado no Recurso Administrativo, percebe-se inicialmente que a empresa MVP Engenharia e Construções Ltda., obedeceu plenamente aos termos do Edital do certame no que diz respeito aos itens 9.4.2 e 9.4.3 do Edital.

Com efeito, a MPV Engenharia e Construções Ltda. juntou 04 (quatro) Atestados de Capacidade Técnica, dos quais 03 (três) atestados encontravam-se devidamente registrados no Acervo Técnico da empresa perante o CREA-RN.

É bem verdade que o Edital não solicitou que os atestados de capacidade técnica estivessem registrados no CREA-RN, inclusive a empresa recorrida solicitou esclarecimento sobre o tema à CPL e esta respondeu que não havia necessidade da chancela do CREA.

Sendo assim, não há razão para fins de inabilitação do licitante por afronta ao item 9.4.2 do Edital.



Igualmente, a MVP Engenharia e Construções Ltda. também atendeu ao item 9.4.3 do Edital, pois forneceu a Declaração indicando o responsável técnico pela execução das obras, que seria o próprio representante legal e responsável técnico pela empresa, de modo que houve o atendimento ao edital.

Quanto ao outro tópico – apresentação das certidões de protesto e da Corregedoria de Justiça – item 9.3.1 – assiste razão à recorrente.

Com efeito, apesar dos fundamentos apresentados nas contrarrazões ao recurso administrativo, verifica-se que as referidas certidões deveriam ter sido apresentadas pela licitante, vez que eventual contestação sobre a exigência do edital deveria ter sido interposta através de impugnação ao instrumento convocatório.

Assim, uma vez que não houve impugnação ao instrumento convocatório, o Edital é lei entre as partes.

O item 21.1 do Edital estabelece que as licitantes, ao participar do certame concordam com todos os termos do Edital.

“21.1 – A simples participação na presente licitação evidencia ter a licitante, que se candidata, examinado cuidadosamente este Edital e seus Anexos e se inteirado de todos os seus detalhes e com eles haver concordado”.

E, ainda, consta do edital que não poderá ser juntado qualquer documento posteriormente à abertura do certame – item 21.3:

“21.3 – O SEBRAE/RN não admitirá declarações, posteriores à abertura das propostas, de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que dificultem ou impossibilitem o julgamento das propostas ou a adjudicação à licitante vencedora”.

Sendo assim, a MVP Engenharia e Construções Ltda. deve ser inabilitada.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, este é o parecer jurídico que encaminhamos ao Diretor Superintendente para respaldar a decisão de acatamento do Recurso Administrativo interposto pela empresa **L & L Engenharia Ltda.**, adotando os termos das fundamentações supramencionadas.



Por fim, opinamos pelo prosseguimento da licitação, com a abertura da documentação de habilitação da 2ª classificada.

É o que nos parece, s. m. j.

Natal/RN, 16 de novembro de 2017.



Márcio Dantas de Araújo
Assessor Jurídico



Dayvisson Cabral Ferreira
Assessor Jurídico



*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas do Rio Grande do Norte*

DESPACHO

REF.: CONCORRÊNCIA Nº 01/2017 – SEBRAE/RN - CPL

Adotando o parecer da Assessoria Jurídica como fundamento, acato os termos do Recurso Administrativo interposto pela empresa **L & L Engenharia Ltda.** e inabilito a empresa **MVP Engenharia e Construções Ltda.**

Convoque as licitantes para fins de abertura do envelope da documentação de habilitação da 2ª Classificada – **NEO ENGENHARIA EIRELI ME.**

Natal/RN, 16 de novembro de 2017.



José Ferreira de Melo Neto
Diretor Superintendente

